

O direito da pessoa com deficiência à educação pública - uma história de arbítrios¹

- El derecho de la persona con discapacidad a la educación pública - una historia de arbitrios
- The right of persons with disabilities to public education - a history of arbitrary

Katariny Labore Barbosa da Luz²

Cerise de Castro Campos³

Resumo: Esse artigo tem como objetivo apresentar um olhar histórico sobre o direito das pessoas com deficiência no que tange ao acesso à educação pública brasileira, na tentativa de compreender qual lócus educacional foi destinado a este grupo social ao longo dessa trajetória histórica nacional, e de que forma estes entendimentos ainda permeiam o imaginário social das práticas educacionais atuais. O estudo possui caráter teórico e tem como aporte teórico principal os escritos de Januzzi (2017) Lanna-Junior (2010), e Mazzota (2011). São destacados neste artigo os três principais modelos sociais de entendimento da deficiência, sendo estes, a perspectiva do assistencialismo travestido no modelo caritativo; o viés da supremacia dos saberes especializados da medicina

1 Esse artigo tem como base primária as ideias desenvolvidas no âmbito da dissertação de mestrado intitulada Os Caminhos da Política de Acessibilidade de UFG como afirmação dos direitos das pessoas com deficiência, defendida em 2018, no Programa de Pos-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (PPGIDH) da Universidade Federal de Goiás.

2 Mestranda do Programa de Pos-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos (PPGIDH) da Universidade Federal de Goiás. katarinylabore@gmail.com

3 Doutorado em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (2006). Professora Associada da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Goiás. Docente do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, do Núcleo de Direitos Humanos da UFG. dra.cerise@gmail.com

registrada no modelo médico; e o prisma do protagonismo das pessoas com deficiência vinculado a um modelo social. Elucida-se neste artigo a necessidade de compreensão dessa matriz histórica com vistas ao fortalecimento de processos conscientes de inclusão educacional que oportunizem a pessoa com deficiência o gozo de seu direito a educação e seu protagonismo social.

Palavras-chave: Direito à educação. Pessoa com deficiência. Modelo social de entendimento da deficiência. Protagonismo

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar una mirada histórica sobre el derecho de las personas con discapacidad de acceso a la educación pública brasileña, en el intento de comprender qué locus educativo fue destinado a este grupo social a lo largo de esa trayectoria histórica nacional, y de qué forma estos entendimientos todavía que permean el imaginario social de las prácticas educativas actuales. El estudio tiene carácter teórico y tiene como aporte teórico principal los escritos de Januzzi (2017) Lanna-Junior (2010), y Mazzota (2011). Se destacan en este artículo los tres principales modelos sociales de entendimiento de la discapacidad, siendo éstos, la perspectiva del asistencialismo travestido en el modelo caritativo; el sesgo de la supremacía de los saberes especializados de la medicina registrada en el modelo médico; y el prisma del protagonismo de las personas con discapacidad vinculado a un modelo social. Se elabora en este artículo la necesidad de comprensión de esa matriz histórica con miras al fortalecimiento de procesos conscientes de inclusión educativa que oportunicen a la persona con discapacidad el goce de su derecho a la educación y su protagonismo social.

Palabras clave: Derecho a la Educación. Persona con discapacidad. Modelo Social de Entendimiento de la discapacidad. Liderazgo

Abstract: This article aims to present a historical view on the right of people with disabilities to access Brazilian public education, in an attempt to understand which educational locus was destined to this social group throughout this national historical trajectory, and how these understandings still permeate the social imaginary of current educational practices The study is theoretical and has as its main theoretical contribution the writings of Januzzi (2017) Lanna-Junior (2010), and Mazzota (2011). The main three social models of understanding of disability are highlighted in this article, these being the perspective of charity assistance transvestite; the bias of the supremacy of the specialized knowledge of medicine registered in the medical model; and the prism of the protagonism of people with disabilities linked to a social model. This article elucidates the

need to understand this historical matrix with a view to strengthening conscious processes of educational inclusion that give the disabled person the enjoyment of their right to education and their social role.

Keywords: Right to education; Person with disability; Social model of understanding of Disability. Protagonism.

A construção histórica do direito das pessoas com deficiência de acesso à educação permeia um ideário social do que é a deficiência e de qual local social é destinado àqueles que se enquadram neste conceito. A seguir serão apresentados de forma cronológica acontecimentos históricos e sociais que influenciaram a educação pública, bem como os modelos de entendimento social da deficiência, embora esses modelos não sejam excludentes entre si e se interpenetrem no contexto da vida cotidiana da pessoa com deficiência.

Lanna Júnior (2010) elucida que no Brasil Colônia, destacavam-se as práticas de exclusão das pessoas com deficiência, que eram confinadas nas casas de suas famílias ou em caso de perturbação da ordem pública, confinadas às Santas Casas ou às prisões.

Conforme apontam os estudos de Januzzi (2017), no Brasil Império, de sociedade predominantemente agrícola e rudimentar, a educação da pessoa com deficiência praticamente nem existia. A educação escolar consistia num privilégio das elites que investiam na contratação de preceptores para seus filhos, resultando em um período em que apenas 2% da população possuía escolaridade e o ensino regular era tímido e descentralizado para as províncias. Pondera a autora que o atendimento às pessoas com deficiência, provavelmente se dava a partir de Câmaras Municipais ou confrarias particulares, sendo destaque as Santas Casas de Misericórdia, que alojavam doentes e alienados, bem como as 'rodas dos expostos'⁴ que recebiam as crianças abandonadas, ou outrora essas pessoas eram recolhidas na cadeia, mantendo as práticas da época colonial, pois "[...] o costume da época julgasse que loucura era mais caso de polícia do que de hospital [...]" (JANNUZZI, 2017, p. 6)

Os avanços na educação das pessoas com deficiência vão timidamente acompanhar os já tímidos avanços na educação nacional. O crescimento econômico do Brasil Império e as influências das ideias francesas trazidas pela elite intelectual brasileira facilitaram algumas conquistas educacionais que re-

4 A 'roda dos expostos' teve início na Idade Média na Itália no trabalho de Irmandade de Caridade a partir da preocupação com o número de bebês encontrados mortos, sendo a roda um sistema de proteção a criança exposta ou abandonada. No Brasil, nas Santas Casas de Misericórdia, as rodas foram instaladas no período imperial. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_roda_dos_expostos.htm>.

percutiram também na educação das pessoas com deficiência, com o apoio de pessoas interessadas (pessoas com deficiência ou com parentes próximos com deficiência) que possuíam influências no contexto político. (JANNUZZI, 2017)

Nesta perspectiva, cabe destacar o surgimento do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant [IBC]. Tem sua origem relacionada a José Álvares de Azevedo, cego brasileiro que estudou em Paris, no Instituto de Jovens Cegos e ao médico do imperador José Francisco Xavier Sigaud. Esse, pai de uma menina cega, contratou José Álvares para dar aulas a sua filha e posteriormente influenciou Couto Ferraz (Barão do Bom Retiro) e a corte à criação do Instituto. Por sua vez, o Instituto dos Surdos-Mudos, criado em 1857, atual Instituto Nacional dos Surdos [INS], tem sua origem vinculada a Edouard Huet, professor francês surdo que chega ao Rio de Janeiro e aproxima-se do Marquês de Abrantes e do imperador, sendo incumbido de instituir o educandário para surdos. (MAZZOTTA, 2011; JANNUZZI, 2017)

Quanto ao atendimento das pessoas com deficiência mental, o primeiro hospital destinado ao tratamento de alienados foi o Hospício Dom Pedro II, vinculado à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (LANNA JUNIOR, 2010). Numa perspectiva educacional, Jannuzzi (2017) destaca o Pavilhão Bourneville, criado em 1903, a primeira escola, Escola Especial para Crianças Anormais. Foi inspirado nas ideias de Desiré Magloire Bourneville, médico francês de doenças mentais e nervosas infantis, que lutou pela implementação de classes especiais para crianças anormais nas escolas de Paris.

Essas instituições, vinculadas à administração pública, possuíam um atendimento precário e tinha como foco o ensino de trabalhos manuais, um ensino com viés profissionalizante, na tentativa de garantir aos alunos meios de subsistência, para que não fossem dependentes do Estado (JANNUZZI, 2017). Embora houvesse essas iniciativas, nesse período histórico “[...] o que prevaleceu foi o descaso por essa educação e pela educação popular em geral [...]” (2017, p. 17), pois a educação não possuía uma centralidade na economia nacional, agrária, baseada em instrumentos rudimentares e voto censitário. Numa análise desse momento histórico percebemos que o direito à educação era algo restrito a uma elite dominante e que as pessoas com deficiências pouco apareciam neste contexto; eram excluídas das práticas sociais e/ou tuteladas por suas famílias e/ou instituições governamentais com formato de internatos, tutela entendida por Lanna Júnior (2010) como uma forma de opressão contra as pessoas com deficiência.

Este local de tutelado, destinado às pessoas com deficiência neste período histórico tece estreita relação com o conceito social de deficiência da época, conceito que também permeia o ideário atual. Como discute Georgen (2017), o conceito de deficiência é formulado a partir de um ideal de normali-

dade que não necessariamente corresponde a algo natural, mas as expectativas de determinado momento social.

Jannuzzi (2017) discute que os saberes da medicina e as influências dos diretores médicos das instituições destinadas às pessoas com deficiência fundamentaram o conceito da deficiência da época. Inclusive, Mazzota (2011) questiona se esses locais entendidos como sendo instâncias educacionais, não seriam em verdade organizações com outros propósitos. Sob a égide de educação, seriam locais de segregação social às pessoas com deficiência. Percebe-se nestes momentos históricos descritos, a presença de um entendimento social de deficiência bastante arraigado aos modelos caritativos de deficiência discutidos por Lanna Junior (2010).

O modelo caritativo possui estreitos vínculos com o fortalecimento do Cristianismo na Idade Média, e entende a deficiência como um déficit, bem como as pessoas com deficiência, como vítimas de sua própria incapacidade, portanto dignas de pena. (LANNA JÚNIOR, 2010). Mazzota (2011) alude que a religião cristã, ao definir o homem enquanto imagem e semelhança de um deus perfeito, faz alusão a uma condição humana de perfeição física e mental, o que torna as pessoas com deficiência à margem da condição humana. Nitidamente esse lócus social destinado às pessoas com deficiência neste modelo caritativo é de uma condição sub-humana, portanto de restrição de direitos. Neste prisma observamos o atendimento caritativo pelas Santas Casas de Misericórdia e pela 'roda dos expostos'.

Neste viés, conforme elucida Mazzota (2011), estudiosos da área e muitos legisladores veem a educação especial como notável obra de pessoas humanitárias que se dispuseram a cuidar de jovens deficientes. Essa visão de "humanidade" e "caridade" aproxima o sentido dessas ações, em prol da pessoa com deficiência, ao assistencialismo e não à educação.

Jannuzzi (2017) aponta que, com o advento da República, mantém-se destaque ao IBC e ao INS, com o aumento de instituições de apoio à deficiência nos estados de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Amazonas e Rio Grande do Sul. Nessa mesma direção indica Lanna Júnior (2010) que o Estado não promoveu novas ações para as pessoas com deficiência, apenas expandiu de forma lenta e modesta, os institutos de cegos e surdos para outras cidades, tomando destaque as iniciativas da sociedade civil neste período.

Neste contexto histórico de industrialização e urbanização brasileiras, Lanna Junior (2010) destaca a importância das ações da sociedade civil a partir de organizações como as Sociedades Pestalozzi (1932) e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais [APAE] (1954), ambas com foco em assistência das pessoas com deficiência intelectual, incluindo atendimento educacional, médico, psicológico e de apoio à família. Destacam-se também os centros de reabilitação,

como a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação [ABBR] em 1954 e a Associação de Assistência à Criança Defeituosa [AACD] em 1950. Nestes movimentos, como declara Mazzotta (2011), os pais das pessoas com deficiência assumem um protagonismo a partir da organização de grupos de pressão na luta por garantia de serviços e recursos especializados para seus filhos.

Lanna Júnior elucida que essas iniciativas não possuíam um objetivo político definido, mas visavam o auxílio mútuo e a sobrevivência; todavia esse associativismo: “[...] foi uma etapa no caminho de organização das pessoas com deficiência, antes restritas à caridade e a políticas de assistência, em direção às conquistas no universo da política e da luta por seus direitos” (2010, p. 35).

Mazzotta (2011) discute que, o atendimento educacional às pessoas com deficiência foi oficialmente assumido pelo governo federal, em meio à efervescência de governos populistas, na década de 1950 com a criação de campanhas para esta finalidade. Houve, por exemplo, a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro [CESB] em 1957, vinculada ao Instituto Nacional de Educação de Surdos, e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, posteriormente reformulada para Campanha Nacional de Educação para Cegos [CNEC], vinculada ao Instituto Benjamim Constant. Em 1960, com influências dos movimentos sociais APAE e Sociedade Pestalozzi, vinculada ao Ministério da Cultura, foi instituída a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais [CADEME].

Neste período, a aprovação da LDB 5692/71 que previa tratamento especial aos excepcionais, desencadeia uma série de ações com vistas a efetivação dessa educação especial em âmbito nacional para o ensino de 1º e 2º grau, que vai culminar na criação do Centro Nacional de Educação Especial [CENESP]⁵. Vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, órgão responsável pelo atendimento aos excepcionais do Brasil, o CENESP absorveu todas as campanhas anteriores e os institutos (MAZZOTA, 2011; JANUZZI, 2017). Conforme Jannuzzi (2017), os saberes pedagógicos deste momento histórico perpassam fortemente os saberes médicos, sob influência higienista, e os saberes da psicologia, como elucida a autora:

As vertentes pedagógicas procuravam partir das deficiências em si mesmas, do que diferia do normal, do que faltava, visando proporcionar-lhes condições para suprir sua subsistência, desde o desenvolvimento de habilidades simples, para inserção no convívio social, até a sistematização de algum conhecimento para a inserção no trabalho (p. 88).

5 O CENESP foi criado pelo Decreto 72.425/73 - Art. 1º. Fica criado no Ministério da Educação e Cultura o Centro Nacional de Educação Especial [CENESP], Órgão Central de Direção Superior, com a finalidade de promover em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais. (BRASIL, 1973)

Neste entendimento Mazzotta (2011) diz que a tendência desses primeiros movimentos da política de educação especial no Brasil caminhava num sentido de “[...] ênfase ao atendimento segregado em instituições especializadas particulares, em detrimento do atendimento educacional integrado nas escolas públicas” (p. 212), com foco em atendimento assistencial e terapêutico.

Pondera Costa (2015) que os alunos com deficiência eram privados de conviver com alunos sem deficiência por serem considerados inaptos, sendo submetidos a uma educação marginal, em contexto segregado em escolas e classes especializadas.

Já Jannuzzi (2017) elucida que as classes especiais de atendimento, separadas da educação regular nessas instituições, ao mesmo tempo que certificavam e consagravam as diferenças entre pessoas com e sem deficiência, também contribuíram para o desenvolvimento de vários alunos com deficiência. Por outro lado, a autora pontua que em termos numéricos de pessoas atingidas, não foi significativo pois se restringiu aos economicamente favorecidos.

Lanna Júnior (2010) pondera que o surgimento da reabilitação física, materializado nas associações ABBR e AACD, dentre outras, suscitou o modelo médico da deficiência, embora esse modelo já compusesse parte do ideário social desde o império, pelo protagonismo do saber médico. Conforme Sasaki (2006), o modelo médico, vinculado ao positivismo ao final do século XIX, compreende a pessoa com deficiência como uma pessoa deficiente, doente, incompleta e incapaz, restando a estas pessoas, com o respaldo das ciências médicas, a exclusão social. Nas palavras de Lanna Júnior:

No modelo médico, as pessoas com deficiência são “pacientes” – eram tratadas como clientela cuja problemática individual estava subentendida segundo a categoria de deficiência à qual pertenciam. Fazia-se todo o esforço terapêutico para que melhorassem suas condições de modo a cumprir as exigências da sociedade. (2010, p. 16)

Pode se perceber que este modelo de entendimento da deficiência agrega em si conceitos de estigma, destinando para as pessoas com deficiência um local de exclusão social, onde o protagonismo e as decisões sobre os direitos da pessoa com deficiência estão atrelados ao saber dos médicos e demais profissionais de reabilitação.

Lanna Júnior considera que esse modelo representa de certa forma um avanço no atendimento das pessoas com deficiência, porém restringe o entendimento da deficiência a perspectiva biológica:

Ou seja, a deficiência é vista como a causa primordial da desigualdade e das desvantagens vivenciadas pelas pessoas. O modelo médico ignora o papel das estruturas sociais na opressão e exclusão das pessoas com deficiência, bem como desconhece as articulações entre deficiência e fatores sociais, políticos e econômicos. (2010, p. 29)

Neste mesmo período, surgem as primeiras organizações compostas e dirigidas por pessoas com deficiência, como debate Lanna Júnior (2010, p. 14), “[...] a partir do final da década de 1970 é que o movimento das pessoas com deficiência surgiu, tendo em vista que, pela primeira vez, elas mesmas protagonizaram suas lutas e buscaram ser agentes da própria história”.

Para Lanna Júnior (2010) o eixo de ação desses movimentos era politicamente contrário ao caráter de caridade, que marcou historicamente as ações voltadas para esse público. O foco era o protagonismo das pessoas com deficiência enquanto condutoras de suas próprias vidas. Destaca-se a Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, criada em 1979 e depois substituída por representações mais específicas de grupos como O Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase [MORHAN] de 1981, a Organização Nacional das Entidades de Deficientes Físicos [ONEDEF], de 1984, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos [FENEIS] de 1987, Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos, de 1984.

No entendimento de Jannuzzi (2017), essas associações nacionais foram de suma importância, pois se mobilizaram nacionalmente em busca da conquista e preservação dos direitos das pessoas com deficiência e na busca de ocupar locais de fala no cenário político sobre estes direitos.

Nesta efusão de movimentos sociais, numa vertente estatal, Lanna Júnior (2010), destaca a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência [CORDE], em 1986; da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em 1989; e posteriormente o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência [CONADE]. Esse foi criado como órgão superior de deliberação coletiva, com a atribuição principal de garantir a implementação da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Januzzi (2017) destaca que em relação à educação, as reivindicações deste período tinham como demanda a integração escolar, no sentido de garantir à pessoa com deficiência integração na rede regular de ensino, com atendimento especializado e acompanhamento, isto é um serviço de ensino especial na rede regular de ensino.

A década de 1990, nacional e internacionalmente, foi um período histórico significativo para um repensar a educação inclusiva no contexto do ensino regular e dos direitos da pessoa com deficiência, a partir de grandes documentos que repercutem no Brasil, como a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos de 1990 e a Declaração de Salamanca, 1994, além de ações nacionais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

Ponderam Severo e Martins que esse movimento em prol da educação inclusiva “[...] trouxe ao sistema educacional e a seus educadores o desafio de reconhecer e considerar a escola como espaço heterogêneo” (2014, p.337),

em que as práticas seriam centradas nas diferentes necessidades especiais.

Para a concretização dessa proposta, as ações de educação especial teriam que acontecer numa relação de interface com a educação geral, em serviços de apoio externo ou interno ao ambiente escolar geral (SEVERO e MARTINS, 2014). Quanto às vertentes pedagógicas, Jannuzzi (2017) assevera que desde os fins dos anos 1990, uma vertente de ensino-aprendizagem vem se consolidando na área, embora não se tenham perdido ainda os resquícios das influências da medicina e da psicologia.

Como elucidada Sasaki (2006), a partir desse período, um novo modelo de entendimento de deficiência, começa a se delinear a partir do esforço desses movimentos sociais, o modelo social. Numa abordagem social, segundo o autor, os problemas da pessoa com deficiência não estão nela, mas na sociedade que é restritiva e discriminatória. É esta, a sociedade, que cria problemas às pessoas com deficiência, causando-lhes desvantagens no desempenho de papéis sociais em virtude de barreiras arquitetônicas, políticas discriminatórias, padrões e pré-requisitos de normalidade, falta de informação sobre as necessidades e direitos das pessoas com deficiência. Neste sentido:

Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. O desenvolvimento (por meio da educação, reabilitação, qualificação profissional etc.) das pessoas com deficiência deve ocorrer dentro do processo de inclusão [...] Cabe, portanto, à sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas com necessidades especiais possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional (p. 40).

A partir desse entendimento de deficiência num modelo social, o lócus ocupado pela pessoa com deficiência é deslocado de assistido num viés caritativo e de paciente num viés médico para uma posição de sujeito partícipe das relações com a sociedade. Esse modelo percebe a deficiência enquanto uma construção social que tem local, data e história e não apenas como uma condição biológica, percebendo as barreiras sociais físicas e atitudinais enquanto arbítrios a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Segundo Sasaki (2006), a caminhada histórico-social da relação entre a sociedade e as pessoas com deficiência deixou um rastro que se inicia numa perspectiva de exclusão social para uma perspectiva de inclusão social:

A sociedade [...] começou praticando a exclusão social de pessoas que – por causa das condições atípicas – não lhe pareciam pertencer à maioria da população. Em seguida desenvolveu o atendimento segregado dentro de instituições, passou para a prática da integração social e recentemente adotou a filosofia da inclusão social para mo-

dificar os sistemas sociais gerais (p. 16).

No entendimento de Lanna Júnior (2010), esse movimento foi fruto da luta das pessoas com deficiência e se materializa no deslocamento de luta pelos direitos das pessoas com deficiência de um lócus de assistência social para um lócus de direitos humanos.

Essas reflexões apontam uma caminhada interessante do entendimento social das pessoas com deficiência enquanto sujeitos de direitos e da garantia de sua participação nos processos de escolarização, enquanto fator de promoção de dignidade e direitos. Todavia essa não é uma história de direitos, mas de arbítrios e de luta por vencer esses arbítrios, e uma luta que continua pois o ideário social da educação especial ainda é permeado pelas sombras do assistencialismo, da primazia da medicina e da segregação, como discorre Mantoan:

Entre a fundação desse Instituto e os dias de hoje, a história da educação especial no Brasil foi se estruturando, seguindo quase sempre modelos que primam pelo assistencialismo, pela visão segregativa e por uma segmentação das deficiências, fato que contribui ainda mais para que a formação escolar e a vida social das crianças e jovens com deficiência aconteçam em um mundo à parte.⁶

Na reflexão de Dalla Dea, Pereira e Santander (2016), muitas ações sociais do tempo presente são influenciadas pelos modelos precursores no tratamento das pessoas com deficiência “[...] que foram responsáveis por determinar atitudes e colaborar para que estes indivíduos mantenham-se em desvantagem em relação aos outros” (p. 47), pois estes modelos são pensados a partir das diferenças, dando ênfase a limitações das pessoas com deficiência.

Esse viés de percepção da pessoa com deficiência, enquanto limitada, ineficiente, dependente, doente, digna de pena é travestido em estigmas, preconceitos, discriminações, rótulos e estereótipos que permearam e permeiam nosso contexto social, e que no ambiente educacional estão diluídos em “[...] processos invisíveis em relação aos que não se encaixam no padrão de normalidade e perfeição” (COSTA; RODRIGUES, 2017, p. 12). Pois como pondera Georgen:

A própria escola, que incorpora expectativas sociais servindo-se de falsos critérios de cientificidade, encarrega-se, através do exercício de sua função transmissora do modelo oficial, de selecionar os “anormais”, usando como critério um fluido e indefinido modelo de “normalidade”. (2017, p. 6)

6 Em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>>.

Considerações finais

A análise da trajetória histórica do acesso das pessoas com deficiência à educação pública no Brasil demonstra que diversos sentidos e significados foram aplicados à pessoa com deficiência, que a afastaram da condição de sujeito de direitos, trazendo à tona realidades de exclusão e de falsa-inclusão, que ainda permeiam os espaços educacionais na atualidade. Conforme elucida Baptista (2009), a educação destinada às pessoas com deficiência pode ser compreendida como:

(...) uma educação para “poucos”; uma educação dirigida a sujeitos que não correspondem ao ideário de produtividade; uma educação que jamais foi considerada plenamente tarefa dos órgãos públicos; uma educação que tem, habitualmente um percurso de curta duração. (p. 20)

Esse entendimento das raízes dos processos de exclusão das pessoas com deficiência na educação nacional convida a nós educadores e sociedade civil a fortalecer processos conscientes de inclusão que oportunizem a pessoa com deficiência o gozo de seu direito à educação e seu protagonismo social.

Referências

BAPTISTA, Claudio Roberto. A Política Nacional de Educação Especial no Brasil: passos para uma perspectiva inclusiva? In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos, et al. *Políticas inclusivas no sistema de ensino e em outros contextos*. Natal, RN: EDUFRN, 2009. p. 19-33.

BRASIL. *Decreto n. 72.425 de 3 de julho de 1973*. Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) e dá outras providências. 1973. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72425-3-julho-1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 abr. 2016.

COSTA, Valdelúcia Alves. As demandas da formação e da prática docente inclusiva sob a égide dos direitos humanos. In: SILVA, Aída Maria Monteiro; COSTA, Valdelúcia Alves da. (Orgs.). *Educação Inclusiva e direitos humanos: perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Cortez. 2015.

COSTA, Vanderlei Balbino; RODRIGUES, Vânia Ramos. *Novos horizontes sobre*

inclusão escolar: múltiplos olhares. Curitiba: CRV, 2017.

DALLA DÉA, Vanessa Helena Santana; PEREIRA, Jessica Moura; SANTANDER, Carlos. Universidade enquanto formadora de profissionais e professores preparados para a inclusão. In: MACHADO, Vilma de Fátima, BORGES, Rosana Maria Ribeiro; SANTOS, Leonilson Rocha. (Orgs). *Direitos Humanos: inclusão*. Goiânia: Gráfica da UFG, 2016.

GEORGEN, Pedro. Prefácio. In: JANNUZZI, Gilberta de M. *A educação do deficiente no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2017. [e-book] p. 6-7.

JANNUZZI, Gilberta de M. *A educação do deficiente no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2017. [e-book].

LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/Hist%C3%B3ria_do_Movimento_Pol%C3%ADtico_das_Pessoas_com_Defici%C3%A2ncia_no_Brasil.pdf?1473201976>. Acesso em: 10 ago. 2017

MANTOAN, Maria Tereza Egler. *A educação especial no Brasil – da exclusão à inclusão escolar*. s.d. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

MAZZOTTA, Marcos J. S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. Cortez Editora, 2011. 231p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SEVERO, Maria do Carmo de Sousa; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Uma análise da Tessitura do serviço de professores itinerantes: da integração a inclusão escolar. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz; PIRES, José. (Orgs). *Caminhos para a educação inclusiva*. Políticas, práticas e apoios especializados. João Pessoa: Idea. 2014. p. 333-356.

Recebido em: 1º de setembro de 2018.

Aprovado em: 17 de outubro de 2018.